A importância da educação ead no ensino do Brasil

The importance of ead education in Brazilian education

DOI: 10.34117/bjdv7n12-672

Recebimento dos originais: 12/11/2021
Aceitação para publicação: 01/12/2021

Maria Das Graças Silva Sarmento
Mestre em Odontologia, pela Fundação Oswaldo Cruz. Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD), MANAUS – AM, BRASIL.
E-mail: mgsarmento@hotmail.com

Eva da Silva Bezerra
Especialista em Ginecologia e Obstetrícia. Singular Educacional – Manaus – AM, BRASIL.
Av. Prof. Nilton Lins, Nº 1407 - Parque das Laranjeiras, Manaus - AM, 69058-030
E-mail: evabezerra15@gmail.com

Elem Cristina Sahdo de Brito
Especialista em Citologia Clínica, pelo Instituto Batista Ida Nelson - Manaus – AM – BRASIL.
Rua Antenor Cavalcante 19 - Zumbi dos Palmares – Manaus – AM, 69084-021
E-mail: elemcristinasahdo@gmail.com

Rutelene Oliveira Bailosa
Fisioterapeuta pelo Centro Universitário do Norte - Manaus – AM – BRASIL.
Rua Arara 118, Cidade de Deus, Manaus – AM – BRASIL.
E-mail: rute.bailosa03@gmail.com

Katia Feitoza Callera
Acadêmica de Enfermagem, pela Universidade Nilton Lins, Manaus – AM- BRASIL.
Parque das Laranjeiras, Av. Prof. Nilton Lins, 3259 - Flores, Manaus - AM, 69058-030
E-mail: katia.f.callera@hotmail.com

Marina dos Santos Valente
Acadêmica de Medicina, pela Universidade Nilton Lins, Manaus – AM- BRASIL.
Parque das Laranjeiras, Av. Prof. Nilton Lins, 3259 - Flores, Manaus - AM, 69058-030
E-mail**:** enfer-marina@hotmail.com

Rebecca Pereira Seffair
Acadêmica de Medicina, pela Universidade Nilton Lins, Manaus – AM- BRASIL.
Parque das Laranjeiras, Av. Prof. Nilton Lins, 3259 - Flores, Manaus - AM, 69058-030
E-mail: rebecca.seffair@hotmail.com

Stelita Pacheco Dourado Neta
Especialista. Coordenadora de Atenção Básica no Município de Correntina-BA-BRASIL.
Rua da Chácara, 445, Correntina - BA, 47650-000
E-mail: juniadourado@gmail.com

RESUMO
Com as novas tecnologias de informação, as chamadas TI (Tecnologias Informatizadas) promoveram uma revolução tecnológica nas salas de aula, em uma plataforma digital aprofundando a interação dos alunos com o conteúdo das disciplinas assim como abrindo um mundo ilimitado de conhecimento e oportunidades ultrapassa barreiras físicas. No desenvolvimento da Educação a Distância, a EAD, o ensino ultrapassou fronteiras de espaço e tempo através da informática; por meio da internet locais onde profissionais de educação estavam ausentes foram preenchidos pela a presença de tutores virtuais através da tela do computador, e apesar da distância física causada pela a localização geográfica, o ensino está alcançando todos os brasileiros, democratizando a educação básica, média e superior. Discutir a importância desse acesso à educação, e a mudança do paradigma de professor, sala de aula física, presença física aluno para tutor virtual, sala de aula virtual, presença virtual aluno e como isto afetará o ensino no futuro é um dos objetivos deste trabalho.

Palavras-chave: EAD, Educação, Tecnologia.

ABSTRACT
With new information technologies, so-called IT (Computerized Technologies) have promoted a technological revolution in classrooms, deepening students' interaction with subject content as well as opening up an unlimited world of knowledge and opportunity that overcomes physical barriers. In the development of distance education (EAD), distance learning, teaching has crossed boundaries of space and time through computing; through the internet places where education professionals were absent were filled by the presence of virtual tutors through the computer screen, and despite the physical distance caused by the geographical location, teaching is reaching all Brazilians, democratizing basic, medium and higher. Discussing the importance of this access to education, and the changing paradigm of teacher, physical classroom, physical presence student to virtual tutor, virtual classroom, virtual presence student and how this will affect future teaching is one of the objectives of this paper.

Keywords: EAD, Education, Technologies.

INTRODUÇÃO

A Educação à Distância (EAD), modalidade de educação efetivada através do intenso uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs), em que professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, está sendo cada vez mais utilizada na Educação Básica, Educação Superior e em cursos abertos, entre outros. Outra característica dessa modalidade é a presença de vários atores que devem existir para compor o cenário da EAD (OLIVEIRA et al., 2018).

Dentre eles, podemos citar o professor mediador, os tutores virtuais e presenciais, o próprio aluno – responsável pela construção do seu conhecimento e do desenvolvimento das competências que o habilitem a essa construção, as equipes de apoio (os técnicos, os

designares instrucionais, os gestores e outros). Outro aspecto importante sobre a EAD diz respeito ao uso das TICs, como as principais ferramentas utilizadas para a construção do processo de ensino/aprendizagem, além do material didático escrito, utilizado e elaborado especificamente para atender ao ensino virtual (MARTINS; MILL, 2016).

A EAD no Brasil, foi criada e se desenvolveu por meio de iniciativas privadas e decretos governamentais, cumprindo uma trajetória que acompanha a introdução e o crescimento de cada tecnologia no país. Assim, a EAD passou, pela era do correio, do rádio e da televisão, e vive hoje a era da internet, tendo, em cada período, de acordo com suas circunstâncias, acumulado certa quantidade de erros e acertos, contradições e incoerências não de todo inesperadas, já que vivemos num país com dimensões continentais e com problemas estruturais no campo educacional que demandam correções urgentes (COSTALONGA et al., 2018).

A EAD, em cada época, tem sido aliada dos sucessivos governos, que a tem utilizado como uma forma economicamente viável de ampliação do acesso para superar a defasagem educacional latente em diversas regiões do país. O discurso da democratização do ensino tem-na transformando, por vezes, em fetiche para a solução quase mágica dos problemas educacionais e, ultimamente, a EAD tem representado um papel importante também na expansão do ensino superior privado, pois tem sido utilizada para ampliar consideravelmente o número de alunos, baratear os custos e maximizar os lucros (LEAL, 2016).

Mas o debate continuará por um bom tempo até a completa fixação do sistema no sistema educacional, levantando pontos sobre os resultados provenientes de tal educação, as mudanças que os novos profissionais educadores devem encarar para sair do tradicional quadro/giz/aluno a que foram treinados e as perspectivas que tal ensino levará a sociedade com sua proeminente expansão. Esse é o objetivo que será levantado do decorrer de todo este trabalho (LÜDKE, 2016).

Objetivo do estudo é explanar sobre a importância da educação EAD no ensino do Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ORIGEM DO ENSINO A DISTÂNCIA

Voltemos, porém, ao ano de 1996, quando foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394, em 20 de dezembro daquele ano, e no artigo 80, cujo caput dispõe que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de

programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada", como citado em (COSTA, 2017).

Essa "modalidade" educacional somente foi regulamentada, porém, em 20 de dezembro de 2005 pelo Decreto n° 5.622, que revogou os Decretos n° 2.494 de 10/02/98. Também em 1996, foi criada a Secretaria de Educação a Distância – SEED, pelo Decreto nº 1.917, Anexo I, Seção 23, Art. 27, de 27 de maio de 1996 (GOMES p. 16, 2013). O objetivo é que o Ministério da Educação, por meio da SEED atue como:

> um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras.

Essa secretaria desenvolveu diversos programas e ações importantes para a inserção de tecnologias no cotidiano escolar e para a formação inicial e continuada de professores, tais como: Domínio Público – biblioteca virtual; DVD Escola; E-ProInfo; E-Tec Brasil; Programa Banda Larga nas Escolas; Proinfantil; ProInfo; ProInfo Integrado; TV Escola; Sistema Universidade Aberta do Brasil; Banco Internacional de Objetos Educacionais; Portal do Professor; Programa Um Computador por Aluno – Prouca; Projetor Proinfo como citado em (STURMER; PINTO; PLENTZ, 2014).

O Sistema Universidade Aberta do Brasil– UAB foi criado pelo SEED em 2005, embora sua oficialização tenha ocorrido através do Decreto n.5.800, de 8 de junho de 2006. Sua criação deu-se, em boa medida, pelos esforços do Fórum das Estatais pela Educação, e baseou-se nas experiências de consórcios nacionais para oferta de cursos superiores e de formação continuada, dentre os quais se destacam a Unirede, uma dos maiores e mais importantes consórcios de instituições educacionais brasileiras, com cerca de 70 instituições públicas de ensino participantes, e que fez parte das ações do Programa Sociedade da Informação, do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC),a Edumed, um consórcio da Rede Nacional de Educação a Distância em Medicina e Saúde, e o Projeto Veredas, desenvolvido pela UFMG com foco na formação de professores conforme (ARRUDA; ARRUDA, 2015).

Os conhecimentos produzidos por algumas universidades públicas, privadas e comunitárias que se aventuravam à oferta de cursos completos ou disciplinas curriculares

nessa modalidade, com recursos financeiros e métodos próprios, também foram incorporados às bases teóricas, práticas e metodológicas da UAB. Ressalte-se, porém, que essas iniciativas eram limitadas pela Portaria do MEC n. 2.253/01, que permite a oferta de disciplinas isoladas, na modalidade a distância, desde que não ultrapassasse 20% da carga horária total dos cursos universitários reconhecidos. O Decreto n. 5.800 traz em seu Artigo 1º que o sistema UAB é voltado para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País" como citado em (COSTA, 2013; ARRUDA; ARRUDA, 2015).

Porém, sua grande motivação era, e continua sendo, estimular a formação inicial e continuada e aligeirada de professores, em busca da melhoria da qualidade da educação básica. Um lado negativo dessa iniciativa é que, embora os conhecimentos acumulados pelas IES privadas e comunitárias tenham ajudado a alavancar a criação da UAB, essas universidades acabaram sendo alijadas do processo, ficando apenas com as sobras e com os cursos cujos investimentos o governo não bancaria. De fato, o primeiro edital para ofertas de cursos completos a distância pela UAB, conhecido como UAB (20/12/2005) era exclusivo para universidades federais (VENDRUSCOLO; BEHAR, 2016).

Em 18 de outubro de 2006, o UAB incluía as instituições estaduais e municipais, mas ainda excluía as privadas e as comunitárias. A ênfase dada aos cursos de licenciatura e pedagogia – muito mais baratos para serem implantados e previstos no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação – provocou um êxodo dos alunos das IES particulares e comunitárias para os cursos da UAB, ocasionando redução no já minguado número de interessados nesses cursos, levando ao fechamento de muitos deles país afora comentado por (CAETANO et al., 2016).

Não discutiremos, aqui, a qualidade desses cursos e os ganhos e perdas de todas as partes. A UAB surgiu com planos audaciosos. Segundo o portal da UAB/Capes, até 2010, o Sistema UAB previa "o estabelecimento de mil polos estrategicamente distribuídos no território nacional e até 2013, o sistema pretende ampliar sua rede de cooperação para alcançar a totalidade das instituições públicas de ensino superior brasileiras e atender a 800 mil alunos/ano" (MARCHISOTTI; OLIVEIRA; LUKOSEVICIUS, 2017).

Embora esteja sendo bastante capilarizada e espalhando-se pelo território nacional, a UAB ainda está longe de atingir os números desejados e necessários. O mesmo se pode dizer com relação aos cursos stricto sensu, pois, apesar de o Decreto n. 5.622, de

19/12/2005, conceder 180 dias para a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão responsável pela recomendação de todos os cursos de mestrado e doutorado no Brasil, editar normas complementares para sua implementação no país, na verdade, apenas em 2010, é que foi aprovado o primeiro e, até agora, único curso de mestrado no formato semipresencial recomendado pela Capes: o Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) (VENDRUSCOLO; BEHAR, 2016).

Trata-se de um mestrado profissional. Quanto ao acadêmico e ao doutorado, ainda estamos, ao que parece, distantes alguns anos. Em 2011, a SEED foram sumariamente extinta, sem que alguma explicação oficial fosse dada, e seus programas e ações passaram a vincular-se à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), conforme informa o portal do MEC, porém, a UAB está, de fato, abrigada pela CAPES (PEREIRA et al., 2017).

No que se refere aos cursos de Pós-graduação à distância, a possibilidade de oferta de cursos de mestrado, doutorado e especialização foi legalizada e disciplinada pelo Capítulo V do Decreto n.º 5.622/05 e pela Resolução n.º 01 da Câmara de Ensino Superior/CES, do Conselho Nacional de Educação/CNE, em 3 de abril de 2001. O art. 24 do Decreto n.º 5.622/05, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 80 da Lei n.º 9.394, de 1996, determina que os cursos de pós-graduação strict- sensu (mestrado e doutorado) à distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União e obedecem às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidos no referido Decreto visto em (GOMES, 2014).

A resolução n.º 2, de 9 de junho de 2005, altera a Resolução CNE/CES n.º 2, de 3 de abril de 2001, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto-sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais, passando a vigorar então que os diplomados ou os alunos matriculados, no prazo estabelecido no art. 1° da Resolução CNE/CES n.º 2/2001, nos cursos referidos no caput e que constem da relação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), deverão encaminhar a documentação necessária ao processo de reconhecimento de seus diplomas diretamente às universidades públicas ou privadas que ofereçam cursos de pós-graduação avaliados pela CAPES e reconhecidos pelo MEC, na mesma área de conhecimento ou área afim e em nível equivalente ou superior como discorrido em (ARRUDA; ARRUDA, 2015).

2.2 DEFINIÇÃO DE EAD

Existem vários conceitos de Educação a Distância e todos apresentam alguns pontos em comum. Entretanto, cada autor ressalta e/ou enfatiza alguma característica em especial na sua conceitualização. Desta forma, destacam-se como explicitado em:

- ✓ O conceito de Dohmem em 1967, que enfatiza a forma de estudo na Educação a Distância: Educação a Distância é uma forma sistematicamente organizada de auto estudo onde o aluno instrui-se a partir do material de estudo que Ihe é apresentado, o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. Isto é possível através da aplicação de meios de comunicação, capazes de vencer longas distâncias.
- ✓ O conceito de Peters em 1973, que dá ênfase a metodologia da Educação a Distância e torna-a passível de calorosa discussão, quando finaliza afirmando que "a Educação a Distância é uma forma industrializada de ensinar e aprender":

  Educação/ensino a distância é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender.
- ✓ O conceito de Moore em 1973, que ressalta que as ações do professor e a comunicação deste com os alunos devem ser facilitadas:

  Ensino a distância pode ser definido como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas que podem ser feitas na presença dos estudantes. Porém, a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outro.

- ✓ O conceito de Holmberg em 1977, que enfatiza a diversidade das formas de estudo:

  O termo Educação a Distância esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A Educação a Distância beneficia-se do planejamento, direção e instrução da organização do ensino.

- ✓ A separação física entre professor e aluno e a possibilidade de encontros ocasionais são destacados no conceito de Keegan em 1991:

Conforme Hempe (2016), define a Educação a Distância como a separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino presencial, comunicação de mão dupla, onde o estudante beneficia-se de um diálogo e da possibilidade de iniciativas de dupla via com possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização. A separação física e o uso de tecnologias de telecomunicação são características ressaltadas no conceito de Chaves, em 1999.

A Educação a Distância, no sentido fundamental da expressão, é o ensino que ocorre quando o ensinam-te e o aprendente estão separados (no tempo ou no espaço). No sentido que a expressão assume hoje, enfatiza-se mais a distância no espaço e propõe-se que ela seja contornada através do uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens (incluindo dinâmicas, isto é, televisão ou vídeo). Não é preciso ressaltar que todas essas tecnologias, hoje, convergem para o computador. O conceito de Educação a Distância no Brasil é definido oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (MARTINS, 2020; SILVA; FREIRE, p. 20, 2020).

> Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Essa definição da Educação a Distância complementa-se com o primeiro parágrafo do mesmo artigo, onde é ressaltado que esta deve ter obrigatoriamente momentos presenciais, como se segue:
> § 1º A Educação a Distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:
> I – avaliações de estudantes;
> II – estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
> III – defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente e
> IV – atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA EAD NA SOCIEDADE HOJE

A Educação a Distância será parte natural do futuro da escola e da universidade. Valerá ainda o uso do correio, mas parece definitivo que o meio eletrônico dominará a cena. Ensino a Distância é uma proposta para socializar informação, transmitindo-a de maneira mais hábil possível. Educação à distância, por sua vez, exige aprender a aprender, elaboração e consequente avaliação. É uma modalidade de realizar o processo de construção do conhecimento de forma crítica, criativa e contextualizada, no momento em que o encontro presencial do educador e do educando não ocorrer, promovendo-se, então, a comunicação educativa através de múltiplas tecnologias como dito por (OLIVEIRA; SANTOS, 2020).

Para Martins[1] & From (2016), comentam que os desafios da formação de gestores em serviço são numerosos, mesmo com a utilização de metodologias que incluam a EAD, não só para os cursistas, mas para toda a equipe técnica, pedagógica, as instituições e os executores desses projetos, pois vários são os fatores que devem ser analisados para que os alunos a distância possam ter um atendimento adequado e um aprendizado eficiente. De acordo os autores vivem-se no meio de transformações incomensuráveis no seio da sociedade, as quais exigem da escola e dos profissionais nova forma de organização, produção e assimilação de conhecimento.

Lück (2017), compreende que a gestão educacional deve estar compreendendo essas transformações sociais para estabelecer direcionamento e mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e fazer do sistema de ensino e das escolas, sem o que todos os demais esforços e gastos são despendidos sem promover os devidos resultados. Defende também que o processo de gestão pressupõe a ação ampla e continuada que envolve múltiplas dimensões, tanto técnicas quanto políticas e que só se efetivam de fato, quando articuladas entre si. No Brasil na atualidade, segundo Tori (2018), há duas formas modelos de educação a distância que são aplicadas.

No primeiro caso, o professor aparece em seu aspecto tradicional de atuação, ministrando o conteúdo através das suas tele aulas. No segundo, o professor relaciona-se diretamente com os alunos, através dos materiais impressos e ferramentas digitais disponíveis, orientando-os através de uma tutoria com o objetivo de uma formação realmente significativa. Independente das relações que envolvam a prática do ensino-aprendizagem na modalidade EAD, é muito importante que as metodologias devam ser constantemente avaliadas, pois se bem repensadas e retrabalhadas será possível assim sempre melhorar a qualidade da educação no país de acordo com Schneider (2017), onde

comenta a relação sobre educação a distância que não é mais uma modalidade complementar, e sim, ela está se expandindo e afetando profundamente e educação como um todo.

Há uma opção pela cosmovisão transformadora, pela qual a educação é uma força presente na trama constitutiva da vida social. Em sua concepção, devemos colocá-la a serviço do ser humano, individual e coletivo, na busca de sua emancipação, ou seja, na busca da igualdade de condições de vida para todos, por dentro da própria vida social e não por fora dela. Dentre as linhas pedagógicas, certamente os pressupostos progressistas são mais interessantes, por estarem pautados na formação de uma liberdade efetiva, porém a criticidade progressista esbarra nas estruturas educacionais brasileiras muito arcaicas e ainda hoje com traços tradicionais conforme (MARTINS[1]; FROM, 2016).

Na prática docente cada vez mais cheia de desafios o importante é extrair o que cada uma delas apresenta de melhor, dando subsídios para que possamos criar estilos próprios e coerentes de atuação pedagógica. As mudanças no processo econômico, no mercado de trabalho, na cultura globalizada requerem transformações nos sistemas educacionais. A sociedade exige indivíduos com competências múltiplas, capazes de aprender e de adaptar-se a situações que desenvolvam múltiplas competências, capazes de aprender e de adaptar-se a situações que desenvolvam capacidades de autogestão, adaptabilidade, flexibilidade, autonomia e independência (BROILO; NETTO, 2021).

Na medida em que novas exigências se impõem, a educação procura adequar-se a esse novo tempo e à sociedade por meio de uma possibilidade plausível na distância: a Educação a Distância, que minimiza a necessidade de deslocamento físico, tanto dos participantes, quanto dos formadores. Os estudos podem ser desenvolvidos nos locais de origem dos cursistas, gerando economia de recursos (MARTINS[1]; FROM, 2016).

A apropriação tecnológica é outra vantagem, porque leva o recurso a pessoas que, de outra forma, talvez não tivessem esta oportunidade, possibilitando também a interação, a um só tempo, de um grande número de pessoas em uma grande extensão territorial. A Educação a Distância se apresenta como uma forma viável de interação eficaz, que proporciona discussões de valor pedagógico e relevância para os conteúdos abordados (BROILO; NETTO, 2021).

3 MÉTODOS

tigos relativos à temática principal da pesquisa e que se evidenciasse os achaTrata-se de uma pesquisa descritiva-exploratória. A coleta de dados dar-se de forma virtual, buscando artigos nas bases de dados científicos: Google Acadêmico, Sistema de Información Científica *Redalyc* (REDALYc), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Portal de Periódicos (CAPES). Os métodos para inclusão foram os estudos que foram publicados entre os anos de 2013 a 2021, artigos que contemplem a temática de acordo com os descritores de Saúde e artigos no idioma português e inglês com título, local de pesquisa, editora e ano de publicação. Já os métodos para exclusão foram os trabalhos científicos que, não apresentaram estudos com referências de qualidade, artigos não originais, artigos incompletos, e pagos.

O período de pesquisa dos artigos se deu entre os meses de setembro a novembro de 2021. Os descritores em saúde utilizados na pesquisa são: EAD, Educação, Tecnologia.

Para a coleta e análise dos dados, houve um processo e fluxo para que se concentrassem ardos.

Tabela 1: Fases e descrição do percurso metodológico para qualificação dos artigos.

Fases da Pesquisa	Descrição
1ª Fase	Busca de artigos nas bases de dados em comum com as diretrizes dos critérios, através de palavras chaves.
2ª Fase	Seleção de artigos com texto completo.
3ª Fase	Análise crítica dos títulos.
4ª Fase	Síntese de dados através de resumos e introduções.
5ª Fase	Análise e apresentação dos resultados obtidos.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2021.

O artigo não precisou ser submetido ao comitê de ética em pesquisa, conforme a Resolução 466/12, por se tratar de dados secundários. Portanto, haverá o comprometimento de citar os autores respeitando as fontes originais utilizadas no estudo, regulamentada pela (NBR6023). Os dados foram utilizados exclusivamente com finalidade de estudo científico.

4 RESULTADOS & DISCUSSÃO

Para Araújo & Silva (2020), a denominação “modalidade” para a EAD nos leva a refletir se a mediação tecnológica dos processos de ensino e aprendizagem significaria dizer que o meio é que determinaria a relação pedagógica e que os recursos pedagógicos

é que ditariam a ação docente. Claro é, porém, que os meios não determinam e, sim, impõem condições, limites e possibilidades. Não se pode, por exemplo, inserir arquivo de áudio ou vídeo num texto impresso.

Por outro lado, Martins (2018), comentam que podem promover níveis de interação, participação e colaboração independentemente do material didático de que se disponha; isso não é uma prerrogativa do material, mas uma opção metodológica. Mas não se pode negar que os meios digitais potencializam essas e outras formas de trabalho pedagógico. Mesmo a presença do professor ou dos alunos em tempo e espaço diferidos, como reza a definição legal da EAD não é, de fato, uma inovação.

Segundo Gomes (2013), algumas escolas solicitam trabalhos domiciliares e, afinal de contas, os estudos sobre aprendizagem nos mostram que não dominamos inteiramente esse processo, e que a aprendizagem pode ocorrer em qualquer lugar e tempo, inclusive independentemente de termos consciência de sua ocorrência naquele momento. Ademais, o que tem ocorrido e que tende a se tornar lugar-comum é a exploração cada vez mais eficiente e adequada dos momentos presenciais e dos momentos não-presenciais, de tal forma que não se faça mais distinção de uma forma ou "modalidade" de educação.

Talvez seja esse um dos problemas das leis, portarias e decretos educacionais: elas são elaboradas no passado, com os pés no passado e, por mais que pretendam alcançar o futuro, tornam-se inadequadas cada vez mais rapidamente. Vejamos, como ilustração, o caso da Portaria nº. 2253/ 2001 (depois revogada pela Portaria Nº 4.059, de 10/12/2004) que permite a oferta, via EAD, de até 20% da carga horária total de cursos reconhecidos. Para que a oferta possa ser efetivada, as IES devem tê-la previsto nos Projetos Políticos dos cursos e precisam enviar a cada nova oferta, um documento ao MEC, para aferição e controle dos 20%. Além da impossibilidade de o MEC controlar os números exponenciais dessas ofertas caso a caso, não foi previsto o que fazer com os casos em que as instituições, tendo amadurecido suas ofertas, passassem a querer ampliar para 40 ou 50 ou 60% a carga horária de disciplinas semipresenciais em relação à carga total do curso (GOMES, 2013; ARRUDA; ARRUDA, 2015).

Pizzaia (2017), comenta que até hoje essa portaria Nº 4.059, de 2004 é a mesma, portanto, desatualizada e sem sentido, pois as metodologias para ensino mediado já estão disseminadas e popularizadas e está cada vez mais fácil para uma instituição escolher ou adotar a que melhor se adéque aos seus princípios e metas. Sendo assim, o mais provável é que a instituições desejem sempre aumentar a carga horária dada a distância, ultrapassando o limite dos 20%, pois podem utilizar as salas ociosas para ampliar sua

oferta presencial e, além disso, em alguns casos, a oferta a distância pode ser economicamente mais viável.

Arruda & Arruda (2015), argumenta que essa seção das tecnologias atuais superam as acomodações modernas previstas pela legislação. Elas não foram criadas nem se limitam a permitir adequações e transposições das formas tradicionais de educação; de fato, elas trazem propostas para uma outra educação, diferente dessa que vimos tendo, pautada menos no controle e mais na liberdade; menos na hierarquia das relações interpessoais e mais na horizontalidade dos relacionamentos; menos no professor como detentor de todo saber e poder para uma em que os participantes negociam os saberes e o poder; menos centrada na avaliação pelo professor e mais na acreditação pela comunidade; enfim, numa educação em rede que começa fora da escola, nas comunidades (virtuais) de relacionamento e de prática, envolve e é envolvida pela escola e volta às comunidades, para uma educação transcultural e transnacional. No fundo e na origem, basta dizer que a internet nasceu em função da chamada guerra fria, mas nunca foi, de fato, nunca foi utilizada conforme o esperado.

Vendruscolo & Behar (2016), comenta que a internet se reinventou e cresceu de forma anárquica, sem dono nem centro, a despeito, claro, do imenso e milionário jogo de forças e de poder que ele provoca. Acreditamos, porém, que ela ainda possua alguns genes contra culturais, que traga em si ou que seja, ela mesma, o pressuposto da mudança. Assim, a presença da tecnologia e dos seus recursos para interação, agregação, compartilhamento, várias linguagens e agência devem, necessariamente, propiciar a experimentação e a efetivação de novos paradigmas, novas propostas, novos papeis extensivos a todos os envolvidos (stakeholders).

Isso significa afastar-se dos “modelos” culturais vigentes e tradicionais da escola como nós a conhecemos. Principalmente, não deverá a tecnologias ser utilizada para controlar, regular, normatizar comportamentos e ideias, práticas e relações. Ao contrário, ela deve ser como o alvorecer de uma nova era, de uma nova educação, cuja denominação não comportará complementos (MARTINS[1]; FROM, 2016).

Precisa-se ressaltar que, embora a EAD possa contribuir para um ensino ampliado, por poder atender a uma demanda maior de pessoas ou grupos diversos, apresentando justificativas sociais relevantes, parecem sofrer de problemas crônicos que independem da época, do lugar e mesmo do formato e conteúdo escolhidos para sua produção. Muitos cursos de Ensino a Distância apresentam problemáticas como:

- ✓ organização de projetos-piloto sem a adequada preparação de seu seguimento;
- ✓ falta de critérios de avaliação de programas e projetos;
- ✓ inexistência de uma memória sistematizada dos programas desenvolvidos e das avaliações realizadas, quando estas existem;
- ✓ descontinuidade dos programas sem qualquer prestação de contas de seus objetivos;
- ✓ pouca divulgação dos projetos, inexistência de canais de interferência social nos mesmos conforme (COSTA, 2017).

O MEC, no papel político-estratégico de coordenar a Política Nacional de Educação, sempre apresenta mecanismos de apoio ao sistema público de educação para que este continue a atender à modernização com inovações tecnológicas introduzidas no processo ensino-aprendizagem, visando preparar mão-de-obra qualificada para contribuir com o desenvolvimento do mercado, ampliando seu capital e garantindo ainda mais sua hegemonia, enquanto o que a sociedade carece é de meios e alternativas que realmente venham a contribuir para a democratização do conhecimento, não para sua mercantilização visto em (MORAES; OLIVEIRA; SANTOS, 2020).

A EAD pode apresentar também algumas desvantagens por não contribuir com a socialização e interação presencial entre alunos e docentes, o que empobrece a troca afetiva direta de experiências, afinal educar requer afeto, diálogo, atenção. Seu sucesso depende de uma rigorosa elaboração de planejamentos que devem ser selecionados visando atender a uma diversidade de pessoas que farão uso dele, visto que estas possuem características e necessidades diferenciadas. A avaliação é outro ponto que merece uma ampla reflexão, pois os resultados obtidos são menos confiáveis do que na avaliação presencial (MAGNAGNAGNO; RAMOS; OLIVEIRA, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos demonstrar, as tecnologias atuais trazem certo incômodo e também desafios à escola e à universidade que, ainda, em grande parte dos casos, procura adaptar as tecnologias aos modelos tradicionais de ensino, quer no presencial, quer na EAD, buscando pouca ou nenhuma inovação nas práticas pedagógicas e aparentemente também pouca reflexão sobre o papel da universidade frente às demandas contemporâneas, sob o viés da tecnologia educacional.

Talvez isso ocorra, em parte, porque a pedagogia anda no rastro da tecnologia e a instituição escolar mais atrás ainda; ou porque o foco pela ampliação do acesso e a uma melhora nas estatísticas mundiais tenha deslocado as preocupações. Ou ainda, porque não há mesmo como a educação acompanhar ou anteceder à voracidade da criação tecnológica. Enquanto tentamos entender os efeitos, as causas nos passam despercebidas, isso porque o tempo já passou e a escola vive entre o não mais e o ainda não.

Quando a escola chega, o efeito já cessou, e os dispositivos da última moda, sucedem-se uns aos outros rádio, televisão, videocassete, antena parabólica, laboratório de informática, data show, lousa digital, um computador por aluno, tablet, entre outros, sem terem sido plenamente compreendidos e explorados. A Educação a Distância precisa deixar de ser algo tratado à parte nas instituições escolares, de ser oferecida como uma abordagem, uma modalidade, um ramo de negócios ou apenas como uma oportunidade flexível de acesso à universidade.

Porém, os novos paradigmas não podem valer apenas para uma "modalidade" educacional; essa dicotomia é inadmissível e improdutiva. O meio digital já vem apontando para uma tendência à centralidade da imagem nas comunicações, para novas formas de relacionamento interpessoal, de ampliação dos sentidos do tempo e do espaço, para outras relações de trabalho e para a conectividade ininterrupta. Precisamos, pois, refletir sobre como a educação deve lidar com isso, de modo a fazer parte integrante e agentiva desse mundo, antes que esse mundo seja coisa do passado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO SOARES, Rodrigo; SILVA, Gláucia Alves. Regulamentos da EaD no Brasil e o Impacto da Portaria Nº 343/2020 no Ensino Superior. EaD em Foco, v. 10, n. 3, 2020.

ARRUDA, Eucidio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. Educação em revista, v. 31, p. 321-338, 2015.

BROILO, Liane; NETO, Gilberto Broilo. Pandemia 2020 e a EaD: o impacto do Covid-19 no ensino brasileiro. Educação, Cultura e Comunicação, v. 12, n. 23, 2021.

CAETANO, Cleyde Cristina Rodrigues et al. Desempenho no ENADE em Ciências Contábeis: ensino a distância (EAD) versus presencial. Revista Universo Contábil, v. 11, n. 4, p. 147-165, 2016.

COSTALONGA, Kessya. Licenciatura Em Pedagogia: Um Estudo Comparativo Entre As Modalidades Presencial e a Distância. 2018.

COSTA, A.R. *A Educação A Distância No Brasil: Concepções, histórico e bases legais.* Revista Científica da FASETE, v.1, p. 59-74, 2017.

EVANGELISTA, Edilene Quirino Neiva et al. Práticas docentes e o uso das TIC: E-Proinfo e o curso "Redes de Aprendizagem". 2017.

GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 18, p. 13-22, 2013.

HEMPE, Cléa. A educação a distância e o perfil do aluno virtual. SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2016.

LEAL, Teomar Manduda Aires. Desafios e possibilidades do ensino a distância no Tocantins: um estudo de caso do curso de Administração Pública a distância da UFT. 2016.

LÜDKE, Menga. O professor e a pesquisa. Papirus Editora, 2016.

LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. Editora Vozes Limitada, 2017.

MAGNAGNAGNO, Cleber Cicero; RAMOS, Monica Parente; OLIVEIRA, Lucila Maria Pesce de. Estudo sobre o Uso do Moodle em Cursos de Especialização a Distância da Unifesp. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 39, p. 507-516, 2015.

MARCHISOTTI, Gustavo Guimarães; OLIVEIRA, Fátima Bayma de; LUKOSEVICIUS, Alessandro Prudêncio. The social representation of distance education from a Brazilian perspective. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 25, p. 743-769, 2017.

MARTINS, Ricardo Marcondes. “Políticas Públicas” e Judiciário: uma abordagem neoconstitucional. A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional, v. 18, n. 71, p. 145-165, 2018.

MARTINS[1], Karine; FROM, Danieli Aparecida. A importância da educação a distância na sociedade atual. 2016.

MARTINS, Selma Leila Bergo; MILL, Daniel. Estudos científicos sobre a educação a distância no Brasil: um breve panorama. Inclusão Social, v. 10, n. 1, 2016.

MORAES, Dinorá de Fátima Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DOS SANTOS SAAD, Núbia. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA ON-LINE. Revista Prisma, v. 1, n. 3, 2020.

OLIVEIRA, Francisco Ariclene; DOS SANTOS, Ana Maria Sampaio. Construção do Conhecimento na Modalidade de Educação a Distância: Descortinando as Potencialidades da EaD no Brasil. EaD em Foco, v. 10, n. 1, 2020.

OLIVEIRA, Mariana Augustina et al. A educação a distância. 2018.

PEREIRA, Ana Lúcia et al. Afetividade Na Educação Superior A Distância: com a palavra os estudantes de Pedagogia. 2017.

PIZZAIA, Angela Ferreira De Lima. A comunicação no compartilhamento de informações no âmbito da educação à distância em uma instituição de ensino superior. 2017.

SILVA, Edson Vieira; FREIRE, Paulo. Educação a distância: uma realidade na formação docente inicial. Educação em Múltiplos Olhares: Temas do Cotidiano, 2020.

SCHNEIDER, Daniele da Rocha. Fluência Tecnológica Digital dos Professores e a organização de atividades de ensino no Moodle. 2017.

STURMER, Giovani; PINTO, Maria Eugênia Bresolin; PLENTZ, Rodrigo Della Méa. Contribuição Da Educação A Distância Para Os Profissionais Da Saúde No Brasil Contribution Of Distance Education For Health Professionals In Brazil. 2014.

TORI, Romero. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. Artesanato Educacional LTDA, 2018.

VENDRUSCOLO, Maria Ivanice; BEHAR, Patrícia Alejandra. Investigando modelos pedagógicos para educação a distância: desafios e aspectos emergentes. Educação, v. 39, n. 3, p. 302-311, 2016.